

# CEDI

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: A Crítica (16.11.)

Class.: Política Indígena

Data: 8 de julho de 1992

Pg.: G3R00684 Coiab

631

### Crise já preocupa assembleia do Cimi



Antonio Menezes

O ianomami Davi Kopenawa em recente encontro

Embora o maior sonho dos índios da Amazônia seja continuar vivendo o mais distante possível dos brancos e em harmonia com a natureza, a crise institucional que ameaça se desenhar no cenário nacional começa a preocupar seriamente as lideranças indígenas da região e missionárias, que temem o retorno dos militares ao poder e a imediata revogação das reservas demarcadas, sendo a principal delas a dos índios Ianomami, de 9,4 milhões de hectares, entre os Estados do Amazonas e Roraima, e cuja constituição jamais contou com a aprovação das Forças Armadas.

A preocupação com a crescente perda de credibilidade do presidente Fernando Collor foi manifestada ontem pelo secretário nacional do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), indigenista Gunter Francisco, e pelo líder da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), o baré Orlando Melgueiro, durante a abertura da XVI Assembleia do Cimi na Amazônia. Os dois compartilham da opinião de que "o enfraquecimento político do Governo Federal" também é prejudicial aos índios. Eles raciocinam que o presidente Fernando Collor não terá força suficiente para demarcar 68% das 403 áreas indígenas até outubro do próximo ano quando se encerra o prazo estabelecido pela Constituição Federal. Tampouco conseguirá deter a "invasão de terras legalmente demarcadas como a dos próprios índios Ianomami", segundo prevê Orlando Melgueiro.

No primeiro dia de debates da assembleia, que tem seu encerramento previsto para sábado, os missionários concluíram que embora existam atualmente 32% de reservas demarcadas as invasões dessas terras estão ficando cada vez mais constantes. Enquanto o País atra-

vessa "um momento extremamente delicado no que diz respeito a sua conjuntura", no diagnóstico da Coiab, Orlando Melgueiros vê também com preocupação "a mobilização dos militares e parlamentares da direita mais conservadora para destazer" na revisão constitucional do próximo ano as conquistas dos índios consagradas nos artigos 221 e 223 da Carta de 88.

Falando fluentemente o português para cerca de 60 missionários, alguns dos quais espanhóis, alemães e irlandeses (geralmente com mais de 10 anos entre os índios), Melgueiros prevê ainda problemas para mais de 40 povos indígenas da fronteira da Amazônia com os países vizinhos caso os militares consigam retomar na regulamentação do Novo Estatuto do Índio, em tramitação no Congresso Nacional, uma faixa de 150 quilômetros como área de segurança nacional. "Isso vai trazer consequências desastrosas porque terra é um ponto fundamental e terra é o que vão tirar dos índios nas fronteiras".

A XVI Assembleia do Cimi deve começar a ir além da demarcação das terras indígenas, que já mostrou a sua vulnerabilidade. "A demarcação em si não basta. É preciso que essa terra seja garantida, como vem provando a terra demarcada e invadida dos Ianomami", diz Gunter Francisco, que não fala diretamente, pelo menos por enquanto, em mudar a política indigenista do Cimi, uma entidade ligada à Igreja Católica. "O que vai mudar de fato é o empenho do Cimi em ajudar os próprios índios a encontrarem os mecanismos para garantir a sua terra", diz o indigenista. Para tanto, ele defende que os índios comecem a examinar a possibilidade de explorar as suas próprias riquezas e autodemarcar as suas terras.